



APRESENTAÇÃO

Trata-se de orientação sobre a realização de **Ação Educativa: COVID-19 e Violência Doméstica**, com articulação de ações semelhantes voltadas ao aperfeiçoamento de magistrados – que, em caso de entrega de atividade específica (conforme orientado no **item 4** deste documento), poderão ser certificados. **Para isso, contarão com a diversificação de ações, tais como: webinário, com videoaulas temáticas, fóruns e entrega de atividade, como um produto de reflexão/orientação** que poderá ser relevante para reorientar prática judicante em tempos de pandemia, considerando o surgimento das novas demandas judiciais.

O aperfeiçoamento tem o foco em temas/assuntos de aspectos desafiadores da prática e a finalidade de auxiliar a reorientar o trabalho judicante neste momento da Covid-19. Será desenvolvido na modalidade a distância, com **carga horária variável e temas relativos à prática judicante em processos específicos**, conforme conteúdos e programação apresentados neste documento.

As ações educativas aqui mencionadas são detalhadas na parte metodológica deste projeto e disponibilizadas para acesso/realização pelos magistrados na plataforma que está hospedada no sítio da Enfam, no endereço: <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/ead/>. O referido espaço é destinado às informações específicas de cada ação e traz mais orientações sobre os procedimentos de inscrição e participação.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Identificar os principais impactos práticos, desafios, problemas e soluções jurisdicionais, em demandas de violência doméstica, decorrentes da pandemia causadas pelo COVID-19.

Objetivos Específicos:

- Reconhecer aspectos teórico-práticos relativos à Lei Maria da Penha, considerando a origem, as Formas e definições de violência;
- Identificar medidas protetivas de urgência em tempos de pandemia, analisando como decidir diante das dificuldades para definir a violência de gênero no caso concreto, para fins de incidência da Lei Maria da Penha;
- Reconhecer a existência de mitos e estereótipos sobre a violência de modo a evitar a revitimização e julgar com perspectiva de gênero;
- Analisar os impactos da violência doméstica na saúde da mulher em tempos de pandemia do COVID-19; e
- Propor ações de modo a considerar a importância da rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher em tempos de pandemia.

CONTEÚDOS

1. **Lei Maria da Penha.** Origem. Formas e definições de violência
2. **Mitos e estereótipos sobre a violência.** Mitos e estereótipos de gênero. Revitimização. Julgando com perspectiva de gênero. Dados e pesquisas sobre violência doméstica durante a pandemia do COVID-19
3. **Medidas protetivas de urgência em tempos de pandemia.** Como decidir? Dificuldades para definir a violência de gênero no caso concreto, para fins de incidência da Lei Maria da Penha
4. **Formulário Nacional de Avaliação de Risco CNJ e CNMP** (Resolução Conjunta nº 05/2020). Aplicação do Formulário. Avaliação dos itens do instrumento. Diretrizes para ação judicial e tomada de decisão para respostas eficazes em tempos de Pandemia do COVID-19, com perspectiva de gênero
5. **Estratégias de atuação em Rede** para a proteção e assistência às vítimas de violência doméstica durante a pandemia

METODOLOGIA – ARTICULAÇÃO DE AÇÕES

A **Ação Educativa**, para fins de **certificação**, será desenvolvida com a **articulação de [Webinário](#) e [Fóruns de Discussão](#)** (disponíveis no “Centro de Apoio à Magistratura Brasileira – COVID-19”, plataforma digital que começou a funcionar no dia 7 de abril de 2020). Contará também com **tarefa individual** (a ser entregue pelo [EducaEnfam](#)).

O participante deverá participar das seguintes etapas:

- I. **Webinário**, realizado conforme programação. Será desenvolvido com vídeos gravados, disponíveis em: <https://www.enfam.jus.br/videoteca/> e, também, com videoaulas *on-line*. Todas as aulas ficarão disponíveis para visualização em outros momentos.
- II. **Fóruns de Discussão** – ação educativa de apoio ao trabalho do magistrado – disponível em: <https://www.enfam.jus.br/foruns/> – com o propósito de contribuir com informações e discussões específicas, fomentando debates relativos aos problemas surgidos com a COVID-19. O cursista será avaliado pela participação nos fóruns, com postagens, durante o período de pelo menos **5 dias corridos** ou alternados. Acontecerão da seguinte forma:
 - Os fóruns serão disponibilizados ao longo das semanas seguintes, na página da Enfam, plataforma do Centro de Apoio aos Magistrados à COVID-19: <https://www.enfam.jus.br/foruns/>, até o dia 22/5;
 - Cada aluno deverá participar dos fóruns com, **pelo menos, cinco postagens em dias corridos ou alternados ao longo do período**, não havendo necessidade de postagens diárias.

- III. **Atividade Individual (Registro Reflexivo – pelo [EducaEnfam](https://www.enfam.jus.br))** – poderá ser produto para alimentar o repositório sobre COVID-19, conforme análise/parecer avaliativo da coordenação científica. Poderá, por exemplo, contribuir para a elaboração de guia prático/produção de material para orientar a prática profissional. Etapa que se caracteriza como fundamental para avaliar os resultados das aprendizagens, considerando a participação nas ações anteriores. A entrega dessa atividade final **é requisito para certificação**.

Os procedimentos para inscrições em cada uma das ações, descritas anteriormente, serão divulgados na plataforma: <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/>.

ATIVIDADES PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

O cumprimento das **3 etapas (ações descritas no item 4)** é **requisito para certificação** para fins de promoção/vitalicamento. Nessa convergência, as atividades a serem realizadas, além de **acesso ao webinar**, serão as seguintes:

1. Participação em **Fóruns de Discussão**: participar com postagens, por 5 dias corridos ou alternados, de acordo com o tema de interesse.
2. Elaborar e entregar um **Registro reflexivo**, da seguinte forma:

Apresentação da atividade:

Registro Reflexivo

A atividade consiste em apresentar a **solução de um problema específico** percebido na prática judicante em decorrência da pandemia (COVID-19), tendo como **referência** fundamentos ancorados em temas de webinar, materiais e fóruns disponibilizados pela Enfam na plataforma do Centro de Apoio à Magistratura.

Desenvolvimento:

O registro deverá ser realizado com o foco em **um tema/problema específico**, bem como ser desenvolvido de forma a **apontar soluções cabíveis para auxiliar os magistrados em aspectos da prática judicante, de modo a contribuir para orientar e promover mudanças do trabalho em tempo de pandemia**.

Aspectos a considerar no desenvolvimento do texto:

1. Identificação do problema e tema referentes às demandas surgidas com a pandemia (COVID-19), que afeta o trabalho judicial;
2. Proposições/estratégias que sirvam para incentivar a análise crítica, a autonomia e criatividade no trabalho;
3. Orientação/sinalização que contribua para o desenvolvimento de hábitos e estratégias/técnicas de estudo/trabalho que possibilitem maior aproveitamento do tempo/ações rápidas, contextualizadas e bem fundamentadas;
4. Indicação de ferramentas e de recursos que facilitem o trabalho e a resolução de problemas semelhantes ao identificado;
5. Estratégias efetivas que contribuam com processo de aprendizagem e de trabalho em tempos de pandemia/mudanças.

Certificação:

Os **magistrados participantes** que realizarem as **atividades propostas** terão **direito à certificação das horas para fins de promoção/vitaliciamento**. Nesse caso, os certificados serão disponibilizados na Plataforma da Enfam em **até 10 dias úteis após a entrega do Registro Reflexivo**.

Para **envio de Registro Reflexivo** e **para a emissão do certificado**, é necessário realizar o seguinte procedimento:

- 1) Acessar o sistema EducaEnfam, por meio do *link* <http://educa.enfam.jus.br>;
- 2) Na tela inicial do sistema, preencher os campos da seguinte maneira:
 - a. *Login*: CPF ou *e-mail* do participante;
 - b. Senha: a senha anteriormente cadastrada no sistema.
- 3) Após o preenchimento dos campos, clicar o botão Entrar.

MINICURRÍCULO DAS FORMADORAS

Adriana Ramos de Mello – Graduada em Direito pela Universidade Gama Filho (1992), Mestrado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2005), Mestrado em Criminologia pela Universidade de Barcelona, Espanha (2011) e Doutorado em Direito Público e Filosofia Jurídico política pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha (2015). Foi Juíza de Direito Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (2015/2016) e presidiu o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID) no biênio 2009/2010. É Juíza Titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Rio de Janeiro, presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, professora e conferencista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, presidente do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia – NUPEGRE, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora da Pós-Graduação *latu sensu* “Gênero e Direito” da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, professora do Mestrado Profissional em Direitos Humanos, Justiça e Saúde do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural –DIHS, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e membro da Comissão Especial de Segurança da Mulher do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher-CEDIM/RJ, de acordo com o Decreto n. 42.856 de 18 de fevereiro de 2011.

Ana Paula Antunes Martins – Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH/UnB), onde atua como Professora Colaboradora e orientadora de mestrado. Doutora em Sociologia na Universidade de Brasília com período sanduíche na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (2002) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Pesquisadora do Grupo de Políticas para o Trabalho (GEPOLT/UnB), do Grupo Processos de Inovação em Políticas Públicas e Gestão Social do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/FACE/UnB) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (NEPeM/UnB). Atua como Professora Colaboradora no Departamento de Gestão de Políticas

Públicas da Universidade de Brasília e como Consultora de Enfrentamento à Violência contra Meninas e Mulheres da ONU Mulheres. Desenvolveu atividades de consultoria junto à UNESCO, ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal; de pesquisadora no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e no Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ). Tem experiência na área de Políticas Públicas, Sociologia e Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas de equidade de gênero; políticas públicas para o trabalho; gestão social; sociologia dos novos movimentos sociais. Fonte: <https://www.escavador.com/sobre/7596803/ana-paula-antunes-martins> (16/04/2020)

Jacqueline Machado – Formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Passo Fundo, no ano de 1993. Especialista em Direito Público pela UNIJUÍ/RS, no ano de 1996/1997. cursou a Escola de Preparação para Magistratura da AJURIS no ano de 2000. Aprovada no concurso para a Magistratura Sul Matogrossense em 2001, atuando como magistrada desde março deste ano. Atuou nas comarcas de Amambai, Rio Negro, Camapuã, Nova Andradina, sempre em varas mistas. Desde março de 2016 atua na 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Campo Grande-MS, primeira Vara no país especializada em Medidas protetivas. Foi nomeada pela Presidência do TJMS como coordenadora na Coordenadoria da Mulher em situação de violência doméstica e familiar, onde atua desde fevereiro de 2017. É Presidenta do XII FONAVID 2020 – Fórum Nacional de juízas e juizes de violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Fonte: <https://educa.enfam.jus.br/docentes/edit/445>

Luciana Rocha Melo Muniz – Bacharel em Direito, Pós-Graduada em Direito Civil; Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho; Técnica Judiciária do Tribunal de Justiça de Sergipe; Coordenadora Administrativa da Escola Judicial do Estado de Sergipe. Fonte: <https://educa.enfam.jus.br/docentes/edit/392>

Madgéli Frantz Machado – Bacharel em Direito pela URCAMP – Universidade da Região da Campanha – Bagé, 1994 - Juíza de Direito do TJRS desde julho/1997. Titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Porto Alegre. Professora na Escola Superior da Magistratura do RS – AJURIS, no Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas do TJRS- CJUD, e é Formadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, nas temáticas Questões de Gênero e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei Maria da Penha. Tem formação em Mediação Judicial, e Justiça Restaurativa com ênfase na violência doméstica. Presidiu o VIII FONAVID – Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - 2016. Participou do Curso Violência Doméstica e Crimes de Gênero- Universidade de Sevilha/Espanha. 12 a 16 de março de 2018. Integra a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica – TJRS. Coordena o Núcleo de Estudos de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero, da Escola Superior da Magistratura do RS – AJURIS. Fonte: <https://educa.enfam.jus.br/docentes/edit/69>

Regina Lúcia Nogueira – Neurocientista, Psicóloga Clínica (Terapeuta e Supervisora em EMDR Certificada) e Psicóloga do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) - Núcleo Judiciário da Mulher (NJM). Pós-Doutorado em Neurociência na Faculdade de Ciências Farmacêuticas (UNESP); doutorado e mestrado em Neurociência pela Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação

do Prof. Dr. Frederico Guilherme Graeff. Recebeu o Prêmio Internacional Highly Cited Brazilian Articles do Institute of Scientific Information (ISI, USA), pelo artigo brasileiro na área Neurociência/Farmacologia mais citado da década do cérebro. Atualmente, atua principalmente em três áreas: i) Reprocessamento de memórias traumáticas com a abordagem psicoterapêutica EMDR; ii) Aprimoramento neurocognitivo de magistrados a partir do conhecimento da Psicologia e da Neurociência; e iii) Diálogo entre Direito e Neurociência (NeuroDireito - NeuroLaw) no enfrentamento à violência contra as mulheres, com enfoque no impacto do trauma sobre o cérebro. Possui graduação em Psicologia e em Educação Física. É formadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistratura (ENFAM). Possui Curso em Resolução Consensual de Conflitos pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM) e Curso de Coaching - Corporate Coach U. É facilitadora PSYCH-K® Avançada e Pro. Atualmente no TJDF, desenvolveu e implantou, em equipe, o PRÓ-EXCELÊNCIA - Programa de Aprimoramento da Alta Performance e Excelência de Magistrados do TJDF, da qual é consultora, e projeto de divulgação e capacitação sobre o impacto traumáticos das violências sobre o cérebro e implicações para o sistema de Justiça. Fonte: <https://educa.enfam.jus.br/docentes/edit/1033>

Mais informações, entrar em contato com Equipe de Desenvolvimento: cdae@stj.jus.br.

Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Ações Pedagógicas/Equipe Enfam

cpap@enfam.jus.br